

Comando SIPPS: 473.712.234



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº552/DCONB/CGGPB/INSS

Brasília, 01 de outubro de 2018.

À

DATAPREV

Divisão de Gestão de Contratos com Clientes - DIGC— 50.023.001.51

SAS, quadra 01, bloco E/F

CEP: 70.070-010. Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

Processo: 35000.000757/2018-15

Prezados,

Encaminhamos uma via do ACT celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV e o PARANÁ BANCO S/A.

2. Em anexo cópia da publicação do DOU nº185, de 25/09/2018, Seção 3, fls. 124 e retificado pelo DOU nº 186 de 26/09/2018, Seção 3, fls. 116.

Atenciosamente,

KARINE CÔRTESES SEGURADO
Divisão de Consignação em Benefícios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E A ACORDANTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004, LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015, LEI Nº 13.172, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015, LEI Nº 13.183, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015 E LEI Nº 13.313 DE 14 DE JULHO DE 2016.

Publicado no DOU nº 185,
de 25/09/18
Seção 03, p. 124

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 9.104 de 24 de julho de 2017, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco "O", Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios, AGNALDO NOVATO CURADO FILHO, CPF/MF nº 265.708.741-87, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA - DATAPREV**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco E/F, Brasília-DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES, CPF/MF nº 468.503.170-91 e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA, CPF/MF nº 346.190.897-53 e o **PARANÁ BANCO S/A**, CNPJ nº 14.388.334/0001-99 com sede à Rua Visconde de Nácar, 1441, Centro - Curitiba - PR - CEP: 80410-201, doravante designada **ACORDANTE**, neste ato representada por seu Diretor Presidente CRISTIANO MALUCELLI, CPF/MF nº 872.486.979-15 e Diretor Administrativo Operacional ANILSON FIEKER PEDROZO CPF/MF nº 607.967.159-04, celebram o presente ACORDO em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com a **ACORDANTE**, participe deste acordo.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRI



EM BRANCO

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **ACORDANTE**, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, com pagamento mediante consignação na renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os titulares de benefícios deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste ACORDO, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta “reservas bancária” definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

II – Da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético – “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado – as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53 810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Tratamento e Informações - DRD



Página 2 de 14



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

- e) gerar as informações do contra-recibo para a **ACORDANTE** efetuar o respectivo ressarcimento do custo operacional de desenvolvimento, alterações de sistemas, manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;
- f) utilizar de forma específica o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

III - Da ACORDANTE:

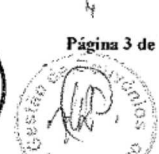
- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **ACORDANTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais- Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- k) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da ACORDANTE ou em suas Agências, seja por força de

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
CARTE 53 810

[Assinatura]

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



EM BRANCO

incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

- l) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- m) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- p) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **ACORDANTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização da **ACORDANTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea “e”, do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos de forma que possa atender ao disposto na alínea “f”, inciso III da Cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação do empréstimo ou para a constituição de reserva de margem consignável-RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **ACORDANTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício das informações abaixo elencadas:

- I) valor total com e sem juros;
- II) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
QAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

- IV) valor, número e periodicidade das prestações;
- V) soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI) data do início e fim do desconto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

I – Do INSS:

Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas na Cláusula Primeira, restringir-se-á à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse à **ACORDANTE**, no prazo estabelecido na alínea “a” do inciso I, da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

II – Da DATAPREV:

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **ACORDANTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto a cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso será imputado à DATAPREV o mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, por cada parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **ACORDANTE**.

III – da ACORDANTE:

A **ACORDANTE** se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário, a **ACORDANTE** será responsável pela restituição dos valores corrigidos nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação realizadas, será de total responsabilidade da **ACORDANTE**, prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **ACORDANTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

[Assinatura]

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



EM BRANCO

CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **ACORDANTE** está especificada no “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTERAÇÕES DE SISTEMAS, MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO.

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

Parágrafo Primeiro. Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de todo desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede a autorização para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo o crédito consignado seja feito pela **ACORDANTE**, diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Caso a **ACORDANTE** não efetive o ressarcimento dos custos mencionados nesta cláusula devidos à DATAPREV no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimentos e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quarto. Os valores dos custos a serem ressarcidos poderão ser revistos em prazos e formas conforme especificações técnicas apresentadas formalmente e publicamente pela Dataprev as instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo Quinto. Também deverão ser ressarcidos a DATAPREV os custos envolvendo reproprocessamento de arquivos, procedimentos de migração de contratos ou carteiras, ou qualquer outra rotina excepcional criada para atendimento específico a ACORDANTE em razão de problemas ocorridos nesta última ou necessidades legais ou normativas.

Parágrafo Sexto. Os custos excepcionais de que tratam o parágrafo anterior, terão seus valores apresentados em planilha específica e comunicada formalmente à ACORDANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRDI



Página 6 de 14



EM BRANCO

CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO, as obrigações e responsabilidades do **INSS**, da **ACORDANTE** e da **DATAPREV**, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e operações com cartão de crédito, já concedidos.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste ACORDO poderá ser suspensa, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela **ACORDANTE**, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O ACORDO com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente, poderá ter a penalidade cancelada caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou rescindido caso a **ACORDANTE** apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente ACORDO.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 21 de setembro de 2018.

Pelo INSS:

AGNALDO NOVATO CURADO FILHO

Pela DATAPREV:

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES

ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA

Pela ACORDANTE:

CRISTIANO MALUCELLI

ANILSON FIEKER PEDROZO

Publicado no DOU nº 185
de 25/09/18
Seção 03 Fis. 124



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

Testemunhas:

INSS _____
CPF/RG Nº _____

DATAPREV _____
CPF/RG Nº _____

ACORDANTE _____
CPF/RG Nº _____
Rogério Lineu Arita
057.989.079-10

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informação



EM BRANCO



REPUBLICA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE EMPRESAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE VEÍCULOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE OBRAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE MARCAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PATENTES
CARTÓRIO DE REGISTRO DE DROGAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE ALIMENTOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE BEBIDAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE COSMÉTICOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE FARMACOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE HIGIENE
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE BELEZA
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE CUIDADO PESSOAL
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE CUIDADO COM O CARIÓTIPO
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE CUIDADO COM O CARIÓTIPO

PLANO DE TRABALHO

PROCESSO nº: 35000.000757/2018-15

INTERESSADO: PARANÁ BANCO S/A

CNPJ nº 14.388.334/0001-99

ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE NÁCAR, 1441, CENTRO, CURITIBA-PR CEP: 80410-201

Telefone: (41) 3351-9637 / 3351-9738

E-mail: gestaodeconvenios@paranabanco.com.br

ASSUNTO: ACORDO para consignação de empréstimos e/ou operação com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.862/2003 e 5.180/2004.

1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

2 - DAS METAS:

a) consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e/ou cartão de crédito, contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **ACORDANTES**;

b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;

c) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado;

3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações.	Após a publicação do ACORDO.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações.	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3.	Até 4 (quatro) dias do recebimento do arquivo da ACORDANTE.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
CAR/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRO



Página 9 de 14



EN BRANCO

3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à ACORDANTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da validade do primeiro pagamento de benefício.
3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às ACORDANTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas ACORDANTES, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações o valor será creditado em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: "este valor total refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais de desenvolvimento, alterações de sistemas e manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula Sétima deste ACORDO celebrado entre a ACORDANTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03. "
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela ACORDANTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

I - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reservas bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN ou conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



Página 10 de 14



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético conforme “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado - as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;
- f) utilizar especificamente o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

III – DA ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram os descontos diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a ACORDANTE deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou do cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;
- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário no

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Linu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

AS

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



Página 11 de 14



EM BRANCO

prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;

- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **ACORDANTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- n) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- o) encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- p) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da **DATAPREV** com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- q) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- r) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810

Antônio Ricardo de Oliveira Junqueira
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações - DRD



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 35 (trinta e cinco) por cento do valor da renda mensal do benefício e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 05 (cinco) por cento dentro dos 35 (trinta e cinco) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

6 - DOS CUSTOS:

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de ACORDO.

Brasília, 21 de setembro de 2018

Pelo INSS:

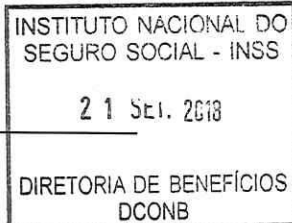


AGNALDO NOVATO CURADO FILHO

Pela DATAPREV:

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES

ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA



Publicado no DOU nº 185
de 25 / 09 / 18
Seção 03 Fís. 124

Pela ACORDANTE:

CRISTIANO MALUCELLI

ANILSON FIEKER PEDROZO

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

ACORDANTE

CPF/RG nº

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

EM BRANCO

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OU CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

EU, _____,
Brasileiro(a), residente à _____,
data de nascimento _____, portador do benefício nº _____,
pelo presente autorizo que se promova a _____

(consignação do empréstimo ou constituição da margem consignável)
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária

conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo _____

Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário _____

Número de prestações _____

Taxa efetiva mensal e anual de juros _____

Soma total a pagar _____

Outras informações, caso hajam: _____

Acréscimos remuneratórios _____

Acréscimos Moratórios _____

Acréscimos Tributários _____

LOCAL E DATA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL

TERMO DE ACORDO DA PARANÁ BANCO S/A

Rogério Lineu Arita
Coordenador Jurídico de Administração Interna e de
Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar - COJF
OAB/DF 53.810



Página 14 de 14



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7002194294

O processo de Pregão Eletrônico 7002194294 que objetiva comprar/contratar P224021019 - MEDIDOR VOLUMÉTRICO possui previsão de início para em 25/09/2018 às 10:00 horas, previsão para abertura de propostas em 04/10/2018 às 09:00 horas e previsão de data de início da disputa em 04/10/2018 às 10:00 horas.

O edital, a entrega e abertura de propostas será realizada através do portal www.petronet.com.br.

CARLOS EDUARDO MENDES BONVICINO
DA SILVA
Pregoeiro

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7002197409

O processo de Pregão Eletrônico 7002197409 que objetiva comprar/contratar P224021019 - TERMINAL DE VALVULAS possui previsão de início para em 26/09/2018 às 10:00 horas, previsão para abertura de propostas em 05/10/2018 às 09:00 horas e previsão de data de início da disputa em 05/10/2018 às 10:00 horas.

O edital, a entrega e abertura de propostas será realizada através do portal www.petronet.com.br.

CARLOS EDUARDO MENDES BONVICINO
DA SILVA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002194460

Objeto: Agência comunicação digital 80025181225
Abertura das propostas: 18/10/2018 às 10:00 horas
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002192371

Objeto: Serviços tce especializado 800251812820
Abertura das propostas: 18/10/2018 às 10:00 horas
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7002175135

O processo de Pregão Eletrônico 7002175135 que objetiva comprar/contratar Portaria e Resolução na CACUB possui previsão de início para em 25/09/2018 às 10:00 horas, previsão para abertura de propostas em 08/10/2018 às 14:00 horas e previsão de data de início da disputa em 08/10/2018 às 15:00 horas.

O edital, a entrega e abertura de propostas será realizada através do portal www.petronet.com.br.

RAFAEL TEIXEIRA VIANA
Pregoeiro

AVISO DE PRORROGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 7002161576

Devido a retificação da especificação de serviços, informamos que o processo licitatório no modo de pregão nº 7002161576, cuja publicação no DOU ocorreu em 30/08/2018, Edição 168, Seção 3, página 103, foi prorrogada a abertura das propostas para o dia 17/10/2018 às 09:00 horas.

OBS: A consulta ao edital e ao processamento da licitação serão realizados no portal eletrônico www.petronet.com.br

EQUIPE DE APOIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO Nº 7002168678

Devido a solicitações de licitantes através do portal www.petronet.com.br, referente ao processo licitatório na modalidade Pregão nº 7002168678, cuja publicação no DOU ocorreu em 04/09/2018, Seção 3, página 107, informamos a prorrogação do prazo de Abertura das Propostas (Data Fixa) para o dia 26/09/2018 às 09h.

O início da Disputa de Preços (etapa de lances) está prevista para 26/09/2018 às 10h

OBS: A consulta ao edital e ao processamento da licitação será realizada no portal eletrônico www.petronet.com.br

EQUIPE DE APOIO

PETROBRAS TRANSPORTE S/A.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002191605

Objeto: Pánel Elétrico
Abertura das propostas: 03/10/2018 às 17:00 horas
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002197404

Objeto: Serv Emissão Docs e Conciliação Estoque
Abertura das propostas em 17/10/2018 às 15 horas.
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PETROBRAS LOGÍSTICA DE GÁS
TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO
BOLÍVIA BRASIL S.A

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002196195

Objeto: RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO CILINDROS
Abertura das propostas: 15/10/2018 às 17h
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 2018.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002197511

Objeto: COMPONENTES MOTORES WAUKESHA - OVERHAUL
Abertura das propostas: 15/10/2018 às 17h.
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 2018
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 7002197610

Objeto: MANUTENÇÃO, INSPEÇÃO E PESAGENS DOS EXTINTORES NO ESTADO DO MS
Abertura das propostas: 15/10/2018 às 17h.
Obs.: A consulta ao edital e o processamento da licitação serão realizados no portal www.petronet.com.br

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 2018.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS.
PROJETO 914BRZ3002 - Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza.
VIGÊNCIA: 21/09/2018 a 31/12/2018
VALOR DO CONTRATO: R\$ 38.720,00 (trinta e oito mil, setecentos e vinte reais)
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Produção de um documento técnico com sistematização dos conteúdos referentes aos processos de capacitação associados à implementação das tecnologias sociais apoiadas pelo Programa Sistemas.
MODALIDADE: Produto.
SIGNATÁRIOS: Lucien Andre Munoz, Diretor UBO da UNESCO no Brasil e Karla Rosine Aguiar Oliveira (CPF: 709.276.931-00).

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE ACORDO

INSTRUMENTO: Processo nº. 35000.000757/2018-15. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV e o PARANÁ BANCO S.A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº. 5.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº. 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contratado

empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 21/09/2018. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor de Benefícios; pela DATAPREV: ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES e RICARDO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: MARINES BILHAR e VITOR HRUBY, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a inexistência de endereços definidos ou atendidos pelos serviços dos Correios, constantes nos sistemas utilizados pela Administração, nos termos do art. 26 da Lei 9.784/99, facultou-se o comparecimento no prazo legal para atender convocação (30 dias), apresentar defesa (10 dias), interpor recurso (30 dias) ou restar-se o prazo (60 dias), que será contado a partir do primeiro dia útil após o prazo de quinze dias da publicação do edital. O interessado deverá comparecer na Assessoria de Previdência Social (APS) ou Gerência Executiva (GEX) em que for mantido o benefício, das 08h às 12h, munido de documento de identificação.

GEX Araçáju. Cobrança: 1695061311 Jose Monteiro de Santana; 1686095314 Josiene de Jesus Ramos; 1677744461 Edvargens Maria de Jesus; 1686096442 Orenício Bispo de Oliveira; 1690059986 Julia Lucia dos Santos; 1698436022 Maria do Carmo dos Reis; 1698439579 Rivalda dos Santos Oliveira; 1681561244 Maria Elza da Silva; 1677740806 Maria Fontes dos Santos; 1690098242 Maria Lucia de Oliveira Pereira; 1690095307 Maria Barbosa de Almeida; 1637014977 Josefa Celia da Fraga Silva; GEX Campo Grande. Cobrança: 1205325589 Gilvan Gonçalves de Almeida; GEX Chapcoco. Defesa: 1337274761 CPF 04515583913 Inelva de Fatima Silveira da Silva; 14636663630 CPF 01990447910 Catarina Laura Voss; 5296448400 CPF 02887831509 Sidel Dorli Horst; 5508223394 CPF 48797336972 Sandra Alzira Romano; 1362484668 CPF 38697599920 Nervo Luiz Anadei; 7007838886 Maria Azzolini Pigossi; GEX Fortaleza. Recurso: 1798121678 Maria do Carmo Trindade Franco; GEX Juazeiro. Recurso: 0988314900 CPF 33722803500 Joao Ferreira Filho; 0901709328 CPF 33722803500 Joao Ferreira Filho; 0901709328 CPF 33722803500 Joao Ferreira Filho; 1374762650 CPF 33722803500 Joao Ferreira Filho; GEX Macaio. Defesa: 5305706374 CPF 07747652402 Eliane Vieira da Silva - Defesa da Cobrança - Valor Indevido: R\$ 10.579,19; Recurso: 7000447938 CPF 70381064492 Germana Maria da Silva - Valor Indevido: R\$ 26.039,82; GEX Marabá. Convocação: 1018555664 Francisco Marinho dos Santos; GEX Montes Claros. Cobrança: 1769409057 Maria Jose Ferraz Rodrigues; GEX Niterói. Defesa: 0790132664 Ilacema da Conceição; Recurso: 5375901710 Feliciano Jose Soares; 1370471731 Paulo Roberto da Silva; Cobrança: 5245728245 Amélia dos Santos Rocha; GEX Novo Hamburgo. Defesa: 1578196253 Elisandra Graziela da Rosa; Cobrança: 6095386296 Inelida Salete Lawisch; GEX Sobral. Defesa: 1433955757 CPF 72224541368 Adriana Paiva Coelho;

AGNALDO NOVA TO CURADO FILHO
Diretor de Benefícios

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS
E LOGÍSTICACOORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES
E CONTRATOSEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 18/2018 - UASG 512006

Nº Processo: 35000001151201805. Objeto: Contratação de empresa especializada em capacitação para o 24º Congresso Internacional de Educação a Distância CIAED no período de 03/10/2018 a 06/10/2018 na Cidade de São Paulo - SP Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 75º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade e Singularidade de contratação de Inexigibilidade em 24/09/2018. GILVANEIRE CALVALCANTI BELTRAO, Coordenadora Geral de Licitações e Contratos. Ratificação em 24/09/2018. SIDNEI CICERO COITET, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística. Valor Global: R\$ 2.700,00. CNPJ CONTRATADA: 00.975.548/0001-37 ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO A DISTANCIA - ABED.

(SIFEC - 24/09/2018) 512006-57202-2018NE000034

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 1/2018 - UASG 512006

Número do Contrato: 6/2016.
Nº Processo: 35000000836201583.
PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 61600839000155. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA CIE E. Objeto: Prorrogação do contrato em tela, por mais 30 (trinta) meses correspondendo ao período de 29/08/2018 a 29/02/2021, o acréscimo de R\$4, do valor global inicial contratado e o reajuste da bolsa estágio para a carga de 20 horas. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 29/08/2018 a 28/02/2021. Valor Total: R\$2.136.059,64. Fonte: 250570202 - 2018NEF01057. Data de Assinatura: 29/08/2018.

(SICON - 24/09/2018) 512006-57202-2018NE000034

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



Recursos Humanos, Ratificação de Inexistência em 21.09.2018. PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA, Subsecretário de Assuntos Administrativos, Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO, Valor: R\$ 3.420,00.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

REFERÊNCIA: Processo nº 35013.002814/2018-51, referente a Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia (OAB/BA) para requerimento de serviços prestados pelo INSS na modalidade atendimento a distância em nome de seus representados.

DO OBJETO: viabilizar a operacionalização do requerimento de serviços (e) benefícios previdenciários prestados pelo INSS, definidos no Plano de Trabalho, na modalidade atendimento a distância, em cumprimento ao que dispõe o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, pelos advogados cadastrados para, posterior análise da Autarquia, a quem incumbe reconhecer ou não o direito a percepção de benefícios.

DA VIGÊNCIA: este Acordo vigorará a partir de sessenta meses, a contar da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

DATA DE ASSINATURA: 24 de setembro de 2018

DOS SIGNATÁRIOS: Edilson Antônio Costa Brito Garcia, Presidente do INSS, e Luiz Viana Queiroz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia.

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a inexistência de endereços definidos ou atendidos pelos serviços dos Correios, constantes nos sistemas utilizados pela Administração, nos termos do art. 26 da Lei nº 7.884/99, facultou-se o comparecimento no prazo legal para atender convocação (30 dias), apresentar defesa (10 dias), interpor recurso (30 dias) ou rescindir o contrato (60 dias), que será contado a partir do primeiro dia útil após o prazo de quinze dias da publicação do edital. O interessado deverá comparecer na Agência da Previdência Social (APS) ou Gerência Executiva (GEX) em que for mantido o benefício, das 08h às 12h, munido de documento de identificação.

GEX Aracaju, Coabrança: 1677740806 Maria Fátima dos Santos; 1698439379 Rivaldo dos Santos Oliveira; 1703355803 Valdeci Maria Resende; 1698436022 Maria do Carmo dos Reis; 1686096442 Otaciano Bispo de Oliveira; 1686095314 Josiane de Jesus Ramos; 1690098292 Maria Lucia de Oliveira Pereira; 1695061311 Jose Monteiro de Santana; 1637014977 Joseia Celia da Traga Silva; 1681561244 Maria Elza da Silva; 1690095307 Maria Barboza de Almeida; GEX Chapéu, Recurso: 0491732473 Elice Elisabete S. Siega; GEX Feira de Santana, Recurso: 0989329712 CPF 31814662553 Flomeste Fonseca; 1226018049 CPF 00629126585 Vanusia de Oliveira Reis; 1608659590 CPF 47320630559 Antonio Raimundo Barreto da Silva; 0988523484 CPF 00736276580 Alencina Fonseca de Oliveira; Coabrança: 1609571054 Franciele de Miranda Luna; 1402411240 CPF 01824745508 Jaciara Brandão Santiago dos Santos; GEX Maceió, Recurso: 3201441790 Francisco Mario Joliba Rocha; GEX Maceió, Convocação: 1684841736 Maria Elva Alves dos Santos; Defesa: 1676796328 Maria Judite da Conceição; Recurso: 1304465966 Maria Jose Santana dos Santos; 1675270403 Jacqueline Maria dos Santos; 1307921184 Maria Jose Santana dos Santos; GEX Marabá, Convocação: 1806901401 Luiz Dues da Costa; GEX São Luis, Defesa: 1278114049 Maria Benedita Pereira; 7034318957 Maria da Paz Barbosa; GEX Vitória da Conquista, Defesa: 5145368310 Paulo Sergio Bispo Costa Santos; 6230408671 Eliene Macedo dos Santos, Coabrança: 3204173141 Jilene Novato Costa;

AGNALDO NOVA TO CURADO FILHO
Diretor

RTIFICAÇÃO

No Extrato de Acordo publicado no DOU nº 185, de 25.09.2018, Seção 3, Pág. 124, Instrumento: Processo nº 35000.000757/2018-15, Onde se lê: Signatários: pelo INSS: ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, pela Instituição Financeira: MARINES BILHAR e VITOR HRLBY, Diretores; Leia-se: Signatários: pelo INSS: Agnaldo Novato Curado Filho, Diretor de Benefícios; pela Instituição Financeira: Cristiano Malucelli e Anilson Fieker Padrozo, Diretor Presidente e Diretor Administrativo Operacional.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RTIFICAÇÃO

No Inexistência de Licitação Nº 18/2018 publicada no D.O.U. de 25/09/2018, Seção 3, Pág. 124, Onde se lê: Objeto: Contratação de empresa especializada em capacitação para o 24º Congresso Internacional de Educação a Distância CIAED no período de 03/10/2018 a 06/10/2018 na Cidade de São Paulo - SP. Leia-se: Objeto: Contratação de empresa especializada em capacitação para o 24º Congresso Internacional de Educação a Distância CIAED no período de 03/10/2018 a 06/10/2018 na Cidade de São Paulo - SP.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05303018092600116

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE EM RECIFE

AVISO DE ALTERAÇÃO DE RESULTADO JULGAMENTO PREGÃO Nº 5/2018

A Superintendência Regional do INSS no Nordeste, através de seu Serviço de Logística, Licitações e Contratos, torna público o resultado final do Pregão Eletrônico nº 05/2018, Processo nº 35662000119/2018-19, para registro formal de preços visando a aquisição de material de consumo (diversos), no que diz respeito aos itens que encontravam-se em fase recursal, informando que foram vencedoras as empresas Smart Distribuidora de Suprimentos de Informática, CNPJ nº 29856029-0001-51, para os itens 43, 49, 51 e 60, com um valor total de R\$ 4.720.405,00; e Raphael Silva Araújo, CNPJ nº 24884690-0001-57, para os itens 74 e 75, com um valor total de R\$ 758.600,00.

RUBENS CARVALHO SANTOS FILHO
Chefe do Serviço de Logística, Licitações e Contratos

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM PORTALEZA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2018 - UASG 510815

Nº Processo: 55043000937201809. Objeto: Aquisição de Material de Consumo (pneus) para atender a Gerência Executiva do INSS em Fortaleza-CE. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 26/09/2018 às 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Pedro Pereira, Nº 383, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasnet.gov.br/edital/510815-5-00009-2018. Entrega das Propostas: a partir de 26/09/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 08/10/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: ...

ANTONIO FRANCISMAR LUCENA LOPES
Gerente Executivo

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM BARREIRAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2018 - UASG 511069

Nº Processo: 35018001556201846. Objeto: Aquisição de filtro refil de água para os bueiros e purificadores da GEX do INSS em Barreiras-BA e suas unidades vinculadas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade para troca dos filtros vencidos, declaração de Dispensa em 11/09/2018. JORNAL DA CUNHA SOUZA, Isento do Segue Social. Ratificação em 25/09/2018, WELTON DOURADO XAVIER, Gerente Executivo, Valor Global: R\$ 5.840,00. CNPJ CONTRATADA: 08.884.675-0001-52 ELETRÔ THERM COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM ITABUNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2018 - UASG 511674

Nº Processo: 35027000332201816. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 32618139003031. Contratado: GL ELETRÔ-ELETRONICOS LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 31/08/2018 a 31/08/2019. Valor Total: R\$28.025,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800208. Data de Assinatura: 31/08/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018 - UASG 511674

Nº Processo: 35027000332201816. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 13729630000143. Contratado: PL DO B.GUIMARAES-PLB PRODUTOS. Objeto: Aquisição de material permanente. Fundamento Legal: 8.666/93. Vigência: 31/08/2018 a 31/08/2019. Valor Total: R\$3.094,88. Fonte: 250570202 - 2018NE800211. Data de Assinatura: 31/08/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2018 - UASG 511674

Nº Processo: 35027000332201816. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 1101480000101. Contratado: EFETIVE PRODUTOS MEDICO -HOSPITALARES LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente. Fundamento Legal: 8.666/93. Vigência: 31/08/2018 a 31/08/2019. Valor Total: R\$28.025,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800213. Data de Assinatura: 31/08/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2018 - UASG 511674

Nº Processo: 35027000332201816. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 11186327000116. Contratado: METALTEC M. OLIVEIRA COMERCIO LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente. Fundamento Legal: 8.666/93. Vigência: 31/08/2018 a 31/08/2019. Valor Total: R\$1.480,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800218. Data de Assinatura: 31/08/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2018 - UASG 511674

Nº Processo: 35027000332201816. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 10717639000146. Contratado: SSS TECNOLOGIA EIRELI. Objeto: Aquisição de material permanente. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 31/08/2018 a 31/08/2019. Valor Total: R\$7.799,20. Fonte: 250570202 - 2018NE800218. Data de Assinatura: 31/08/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM JUAZEIRO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2018 - UASG 511679

Nº Processo: 35032000376201869. Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de correspondências - Postais (encomendas, sedex), para atender a Gerência Executiva do INSS Juazeiro-BA, e Unidades vinculadas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Baseado na Orientação Normativa nº 36 de 13 de dezembro de 2011, serviços SEDEX, essenciais, não monopolizados pela ECT, declaração de Dispensa em 03/09/2018, ADRIANA DANTAS RIBEIRO, Chefe da Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia Ratificação em 03/09/2018, AUGUSTO CESAR GOMES NETTO, Gerente Executivo, Valor Global: R\$ 22.000,00. CNPJ CONTRATADA: 34.028.316/0005-37 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM MACEIÓ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2018 - UASG 511135

Nº Processo: 35001001114201889. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 13729630000143. Contratado: PL DO B.GUIMARAES-PLB PRODUTOS. Objeto: Aquisição de material permanente (refrigerador) para atender as necessidades da Gerência Executiva do INSS em Maceió-AL e APS subordinadas. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 13/09/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$15.474,50. Fonte: 250570202 - 2018NE800169. Data de Assinatura: 13/09/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2018 - UASG 511135

Nº Processo: 35001001114201889. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 27247832000163. Contratado: G.L.S. COMERCIO SANTANA LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente (forno micro-ondas) para atender as necessidades da Gerência Executiva do INSS em Maceió-AL e APS subordinadas. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 05/09/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$9.630,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800167. Data de Assinatura: 05/09/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2018 - UASG 511135

Nº Processo: 35001001114201889. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 16572376000100. Contratado: EBSX2 COMERCIO E REPRESENTACOES -LTDA. Objeto: Aquisição de material permanente (cafeteira elétrica) para atender as necessidades da Gerência Executiva do INSS em Maceió-AL e APS subordinadas. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 05/09/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$3.620,00. Fonte: 250570202 - 2018NE800170. Data de Assinatura: 05/09/2018.

(SIDEIC - 25/09/2018) 512006-57202-2018NE800034

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2018 - UASG 511135

Nº Processo: 35001001114201889. PREGÃO SRP Nº 3/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL, CNPJ Contratado: 27103616000144. Contratado: G H P S BARRETO. Objeto: Aquisição de material permanente (carrinho bandeja multifunção) para atender as necessidades da Gerência Executiva do INSS em Maceió-AL e APS subordinadas. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 05/09/2018 a 31/12/2018.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO